

# AGENDA PRIORITÁRIA

DA INDÚSTRIA DE PETRÓLEO, GÁS E BIOCOMBUSTÍVEIS

## 2014-2015



AGENDA PRIORITÁRIA  
DA INDÚSTRIA DE PETRÓLEO, GÁS E BIOCOMBUSTÍVEIS  
**2014-2015**

**INSTITUTO BRASILEIRO DE PETRÓLEO,  
GÁS E BIOCMBUSTÍVEIS**

Avenida Almirante Barroso, 52 • 26° Andar

Centro • Rio de Janeiro • RJ • Brasil

www.ibp.org.br



**IBP - Instituto Brasileiro do Petróleo, Gás e Biocombustíveis**

**Presidente**

João Carlos de Luca

**Secretário Geral**

Milton Costa Filho

**Secretário Executivo de E&P**

Antônio Guimarães

Essa publicação foi elaborada com apoio do **Corpo Gerencial e dos Comitês Técnicos e Setoriais do IBP**

2014 - 2015

# ÍNDICE

<b>4</b>	<b>SUMÁRIO EXECUTIVO</b>
<b>7</b>	<b>IBP – A CASA DA NOSSA INDÚSTRIA</b>
	<b>O SETOR DE PETRÓLEO, GÁS E BIOCMBUSTÍVEIS</b>
<b>10</b>	A ENERGIA NO MUNDO E NO BRASIL
<b>10</b>	O PETRÓLEO E A SEGURANÇA ENERGÉTICA
<b>11</b>	VISÃO DE LONGO PRAZO
	<b>EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO (E&amp;P)</b>
<b>16</b>	HISTÓRICO
<b>17</b>	A INDÚSTRIA DE E&P NO BRASIL
<b>18</b>	IMPORTÂNCIA DA CONTINUIDADE DAS RODADAS
<b>19</b>	A SUSTENTABILIDADE DO SETOR E A POLÍTICA INDUSTRIAL
<b>19</b>	CONTEÚDO LOCAL
<b>21</b>	PESQUISA & DESENVOLVIMENTO
<b>23</b>	MARCO REGULATÓRIO DO PRÉ-SAL
<b>28</b>	RECURSOS NÃO CONVENCIONAIS
<b>29</b>	MEIO AMBIENTE
<b>30</b>	SEGURANÇA OPERACIONAL
<b>32</b>	SEGURANÇA JURÍDICA E TRIBUTÁRIA
<b>34</b>	CAPACITAÇÃO DE MÃO DE OBRA
	<b>ABASTECIMENTO E REFINO</b>
<b>38</b>	ABASTECIMENTO E REFINO
<b>39</b>	LOGÍSTICA PARA TRANSPORTE E DISTRIBUIÇÃO DE DERIVADOS
<b>40</b>	BIOCMBUSTÍVEIS
<b>42</b>	LEI DE PENALIDADES DO SETOR DE COMERCIALIZAÇÃO DE COMBUSTÍVEIS
	<b>GÁS NATURAL E GLP</b>
<b>46</b>	GERAÇÃO TÉRMICA A GÁS
<b>47</b>	PEMAT – PLANO DECENAL DE EXPANSÃO DA MALHA DE TRANSPORTE DUTOVIÁRIO
<b>49</b>	MERCADO LIVRE
<b>50</b>	ESTRUTURA TRIBUTÁRIA DA CADEIA DE PRODUÇÃO DE GÁS
<b>50</b>	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO – GLP
	<b>TECNOLOGIA</b>
<b>54</b>	PESQUISA & DESENVOLVIMENTO (P&D)
	<b>SUSTENTABILIDADE</b>
<b>58</b>	SUSTENTABILIDADE

# SUMÁRIO EXECUTIVO

Como legítimo representante da indústria de petróleo e gás natural no país, o Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP) preparou uma agenda com as questões prioritárias para garantir a competitividade do setor. Os principais temas e desafios que movem atualmente a indústria no Brasil, bem como as propostas do IBP para cada um deles, são tratados neste documento, que também apresenta um breve cenário da área no país e no mundo.

O Brasil dispõe de diversificadas e abundantes fontes de energia, e a descoberta do pré-sal foi um marco importante para consolidar ainda mais a segurança energética do país. Na agenda prioritária da indústria, o IBP alerta que a disponibilidade da oferta de recursos requer, contudo, planejamento contínuo e infraestrutura adequada que permitam o desenvolvimento de uma indústria sólida, competitiva e sustentável capaz de suprir a energia necessária para o crescimento do país.

O setor de petróleo e gás, especialmente as áreas de Exploração e Produção, tem investido somas expressivas no Brasil que hoje ultrapassam R\$ 77 bilhões anuais. Como consequência, o país se beneficia por meio da geração de empregos, da criação de novas tecnologias e da demanda de bens e serviços de fornecedores nacional. Essa cadeia de valor representa quase 12% do Produto Interno Bruto.

Para que esses investimentos continuem a acontecer, o IBP destaca a importância da manutenção da realização das rodadas de licitações da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), que são a “mola propulsora” do setor. Por isso, a adoção de um calendário de longo prazo, contínuo e transparente dos leilões hoje é um dos principais pleitos do IBP.

O IBP reforça também que, em uma indústria de capital intensivo e de prazos longos, como é a realidade do setor de petróleo e gás, a segurança jurídica, a estabilidade regulatória e a previsibilidade das regras são elementos essenciais para garantir o fluxo de investimentos e a manutenção de projetos.

No âmbito da exploração e produção do pré-sal, o IBP propõe uma revisão nas regras do modelo de partilha. O IBP sempre defendeu e segue defendendo a atuação de múltiplos operadores no pré-sal e uma melhor relação entre os direitos de veto e voto e as atribuições da PPSA - Pré-Sal Petróleo S.A.

Estes ajustes são considerados prioritários para a indústria e fundamentais para o pleno desenvolvimento do pré-sal.

Sobre a política de conteúdo local, o modelo vigente deve ser continuamente aperfeiçoado para refletir os atuais desafios e superar os gargalos no setor. O IBP defende que governo e empresas invistam na criação de capacidade nova para atender à demanda de bens e serviços em bases internacionalmente competitivas.

Outro ponto da agenda diz respeito à pesquisa e ao desenvolvimento (P&D). O IBP acredita que os aportes financeiros da cláusula de P&D da ANP podem ter resultados mais eficientes se forem também disponibilizados para o desenvolvimento e inovação da cadeia de bens e serviços, e não somente para as universidades, ajudando a indústria nacional a ganhar competitividade e a aumentar a produtividade.

Uma preocupação atual que afeta não só o Brasil, mas o mundo todo, são as lacunas de mão de obra no setor. Nesse aspecto, o IBP é a favor do desenvolvimento de um plano educacional estruturado, assim como de um incentivo a programas com conteúdo técnico para a formação de profissionais. A difusão de projetos de capacitação de



Em 2013, o Brasil processou

**1,8 MILHÃO**

de barris/dia de petróleo

nível superior com foco em engenharias, geologia e áreas afins, utilizando o Programa de Recursos Humanos da ANP como modelo para a educação continuada, é mais uma proposta do IBP.

Em relação ao potencial das reservas não convencionais no Brasil, o IBP enxerga seu desenvolvimento como uma grande oportunidade para o aumento da produção de petróleo e gás. Entretanto, destaca que esse desenvolvimento requer a criação de condições mínimas, como infraestrutura adequada, licenciamento ambiental criterioso e mapeamento geológico, por parte do governo.

A necessidade de aprimoramento do licenciamento ambiental no Brasil é outra questão abordada na agenda prioritária. A colaboração do setor com os órgãos ambientais e autoridades tem se mostrado cada vez mais presente e o IBP quer intensificar essas ações. Um exemplo dessa cooperação foi o ineditismo da assinatura de um Acordo de Cooperação Técnica entre o IBP e o Ibama, em 2013, para a capacitação e o aprimoramento do processo de avaliação de impactos e o aperfeiçoamento da gestão ambiental.

Na área de Abastecimento, o IBP defende a necessidade da construção e a modernização de refinarias no Brasil, o estabelecimento de políticas e a liberação dos preços dos combustíveis de modo a viabilizar os investimentos das empresas.

Em 2013, o país registrou um consumo médio de derivados de petróleo de 2,4 milhões de barris/dia, e, de acordo com dados da ANP, foram processados 1,8 milhão de barris/dia de petróleo.

Cerca de 90% do volume de derivados consumidos no país é movimentado por rodovias atualmente. Para o IBP, investimentos em infraestrutura logística nova, além de aportes financeiros em projetos já existentes do governo federal, como ferrovias e portos, estimulariam não só o setor de combustíveis, mas a economia brasileira como um todo.

O IBP chama atenção também para as dificuldades que a indústria de etanol vem enfrentando depois que perdeu competitividade frente à gasolina por causa da política de preços adotada pelo governo federal e reforça a importância da prática livre de preços dos combustíveis.

Na área de gás natural, o IBP observa que este insumo é mais um dentre as diversas fontes que vêm aumentando a participação na matriz energética brasileira e aponta que a geração térmica pode servir como âncora para viabilizar projetos de produção de gás, ampliando sua disponibilidade também para outros segmentos.

Por último, o IBP pondera ainda que disponibilidade de infraestrutura de transporte também é fundamental para viabilizar a monetização do gás. Por isso é necessária a construção de novos gasodutos para compatibilizar os custos de seu desenvolvimento com a competitividade do gás, cujo preço deve ser livremente negociado.

# IBP • A CASA DA NOSSA INDÚSTRIA



**João Carlos de Luca**  
Presidente do IBP

Desde 1957, o Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP) atua com o objetivo de promover o desenvolvimento do setor de petróleo, gás natural e biocombustíveis, visando uma indústria competitiva, ética e socialmente responsável.

Com cerca de 250 empresas associadas, o IBP é reconhecido como o principal fórum interlocutor do setor no Brasil. O papel da instituição é discutir os temas relevantes e defender os interesses da indústria de petróleo e gás, com o objetivo de garantir um desenvolvimento contínuo e sustentável.

Por meio de quase 70 comissões técnicas, normativas e setoriais, constituídas por cerca de 1.500 profissionais voluntários de reconhecida competência em suas áreas de atuação, o IBP contribui para a geração e disseminação do conhecimento da indústria.

Este conhecimento resulta em diversos produtos que geram benefícios para o setor, como a elaboração de normas, certificações de plantas industriais, desenvolvimento de estudos técnicos e econômicos, publicações, realização de diversos programas de treinamento, além da organização dos mais relevantes eventos de petróleo e gás, entre os quais a *Rio Oil & Gas* e a *OTC Brasil (Offshore Technology Conference)*.



PETROJARL KNARR

**O SETOR DE  
PETRÓLEO, GÁS E  
BIOCOMBUSTÍVEIS**

## A ENERGIA NO MUNDO E NO BRASIL

Historicamente, o desenvolvimento da humanidade sempre esteve atrelado à disponibilidade de energia. Com o passar do tempo, as sociedades tornaram-se mais complexas e se industrializaram na proporção em que foram capazes de aproveitar também fontes com maior conteúdo energético. Este processo de desenvolvimento econômico e social induziu a um aumento da demanda de energia que, ao longo dos séculos, tem proporcionado cada vez mais conforto e qualidade de vida às pessoas.

Atualmente, o planeta é habitado por mais de 7 bilhões de pessoas, dos quais 20% ainda não têm acesso à energia. Até 2050, a expectativa é de que 9 bilhões de pessoas habitem o planeta, convivendo em sociedades cada vez mais urbanas. Neste cenário, o desenvolvimento da indústria de petróleo e gás natural é essencial para suprir parte significativa das crescentes necessidades energéticas da população mundial, sobretudo nos países em desenvolvimento. A Agência Internacional de Energia (AIE) prevê que, em 2035, o petróleo, o gás natural e o carvão fornecerão 75% da energia consumida em todo o mundo.

No Brasil, com dimensões continentais e 200 milhões de habitantes, não é diferente. O crescimento econômico do país está ligado à disponibilidade de energia. E, na história recente do país, essa demanda tem aumentado significativamente em decorrência do desenvolvimento socioeconômico.

## O PETRÓLEO E A SEGURANÇA ENERGÉTICA

Quando a economia global cresce, uma das questões mais críticas é a segurança energética. Esta é uma preocupação que aflige, principalmente, países europeus e asiáticos, como a Alemanha, o Japão e a China. Grandes consumidoras de energia, essas nações não têm, dentro de seus limites, reservas energéticas que atendam à demanda das populações e das indústrias de forma competitiva. Com grandes investimentos em fontes não convencionais de petróleo e gás, mais recentemente, os Estados Unidos têm conseguido diminuir a sua dependência externa de energia, o que tornou a segurança energética um problema menos premente para aquele país nas próximas décadas.

O Brasil não vive este problema na mesma intensidade. O país conta com uma base energética abundante e diversificada, sobretudo de energia hidráulica, responsável por quase 80% da geração de energia elétrica no país.

As recentes descobertas de petróleo e gás no mar, longe da costa e a grandes profundidades, a chamada formação geológica do pré-sal, foi um marco importante para consolidar ainda mais a segurança energética do Brasil. Os grandes investimentos que estão sendo realizados na exploração dessas importantes reservas incrementarão ainda mais a oferta interna de energia. Em paralelo, o país está empenhado na expansão do seu

**7** Bilhões  
de habitantes

**20%**  
não têm acesso  
à energia

parque de refino, o que resultará em uma diminuição das importações de derivados do petróleo. Soma-se o grande potencial petrolífero no país em bacias sedimentares pouco exploradas, o que, certamente, levará a novas descobertas de reservas de petróleo e gás natural.

Adicionalmente há o enorme potencial de produção de biocombustíveis, no qual o Brasil se destaca como o segundo maior produtor mundial. A produção de etanol utilizando sofisticadas tecnologias de segunda geração (aquela que utiliza também o bagaço como matéria-prima) já é uma realidade, o que aumentará ainda mais o potencial de produção.

Para que o Brasil possa contar com essa oferta de recursos energéticos, é preciso uma visão de longo prazo e o desenvolvimento de uma série de ações permanentes visando a construção de uma infraestrutura adequada (logística, tecnológica, industrial, financeira e de recursos humanos). Só assim, pode-se garantir uma indústria sólida, competitiva e sustentável capaz de suprir a energia necessária para o crescimento do país.

## VISÃO DE LONGO PRAZO

A indústria de energia requer planejamento de longo prazo por causa do ciclo de vida dos projetos, ao contrário de muitos outros segmentos industriais. No setor de petróleo e gás, por exemplo, entre a descoberta e a produção do primeiro óleo no mar, é comum que transcorram períodos de no mínimo seis a oito anos.

Nos últimos anos, após décadas de tendência de “fechamento” da indústria, sobretudo no Oriente Médio, alguns dos maiores países produtores de petróleo do mundo – como Irã, Iraque, Argélia e México – optaram por abrir-se aos investimentos estrangeiros.

Se o Brasil não aperfeiçoar os condicionantes dos investimentos, poderá deixar de atrair investidores, que direcionarão seus esforços para outros países.

O aperfeiçoamento contínuo dos marcos regulatórios do setor de energia é fundamental para o desenvolvimento de uma indústria de energia competitiva e sustentável.

### DESAFIO !

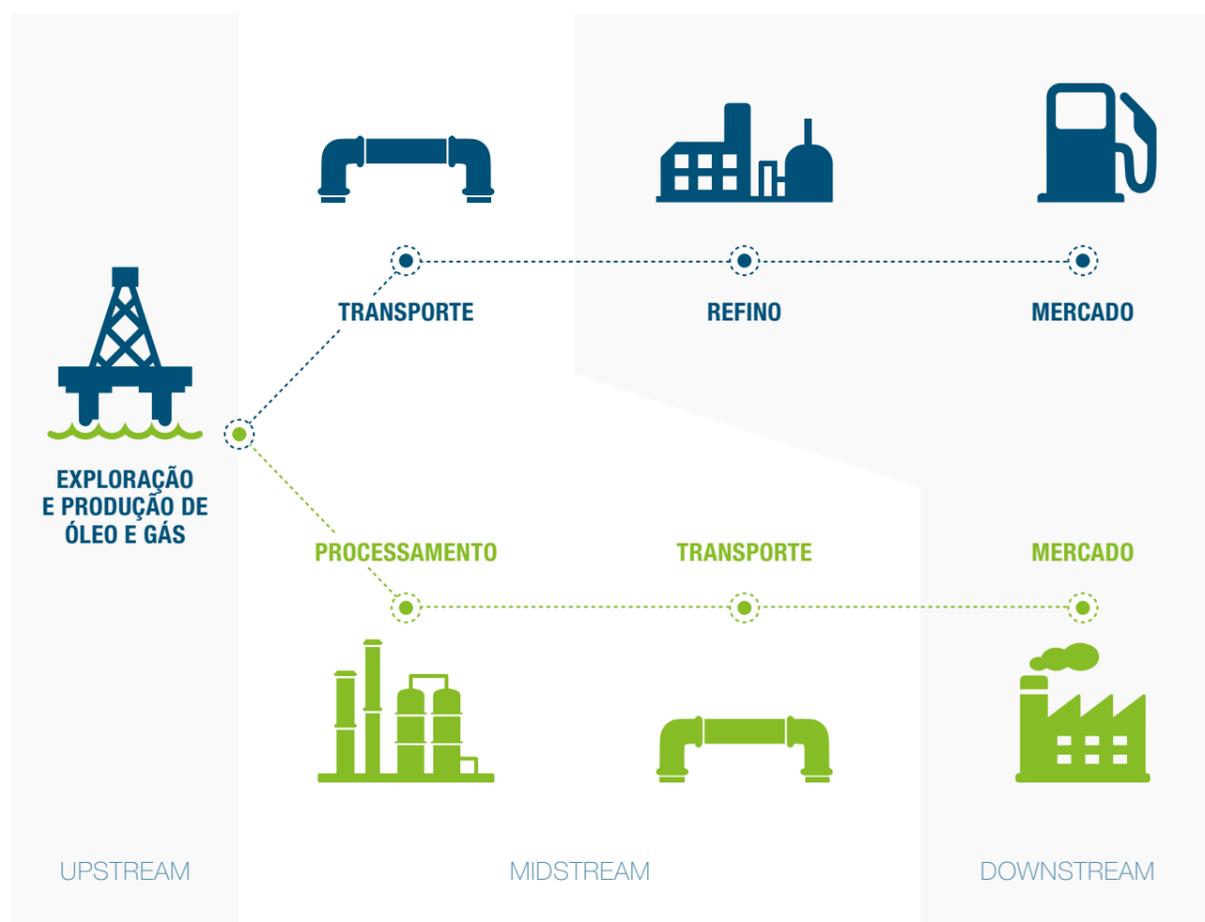
Garantir a sustentabilidade do suprimento de energia, a preços competitivos, para viabilizar o crescimento econômico do país.

## POSIÇÃO DO IBP

O contínuo aperfeiçoamento do marco regulatório do setor de petróleo e gás é fundamental para que o Brasil seja um dos principais destinos dos investimentos necessários ao desenvolvimento dos recursos naturais.

## FASES DA INDÚSTRIA DE ÓLEO E GÁS

Óleo Gás





# EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO (E&P)

## HISTÓRICO

A descoberta da província do pré-sal mudou as perspectivas internas e externas em relação ao Brasil e elevou o país a uma posição de destaque, como um dos de maior potencial na atração de investimentos na indústria de petróleo e gás.

Essa conquista está ligada à história da exploração e produção de petróleo e gás no Brasil, marcada pela abertura com a Lei do Petróleo de 1997, a assinatura dos contratos de concessão inicialmente com a Petrobras em 1998 e, a partir de 1999, o início das Rodadas de Licitação da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

A abertura atraiu empresas nacionais e estrangeiras a investirem no Brasil. Até 2009, a ANP realizou dez rodadas de licitação para áreas de exploração e produção. Depois disso, o anúncio do descobrimento de grandes reservas na camada do pré-sal alterou completamente o cenário de E&P no país. O governo brasileiro suspendeu a realização dos leilões por cinco anos para re-discutir o modelo de concessões da indústria, instituindo, em 2010, um novo marco regulatório – com a inclusão do modelo de partilha de produção – para a exploração e produção.

### CONTRATO DE CONCESSÃO

A empresa adquire o direito de explorar uma área mediante o pagamento, como contrapartida, de royalties e taxas ao governo. No Brasil, a transferência das concessões aos concessionários é feita por meio de leilões de blocos exploratórios, realizados pela ANP. Em troca do direito à exploração das áreas, os concessionários remuneram o Estado por meio do pagamento de bônus de assinatura, royalties e da participação especial.

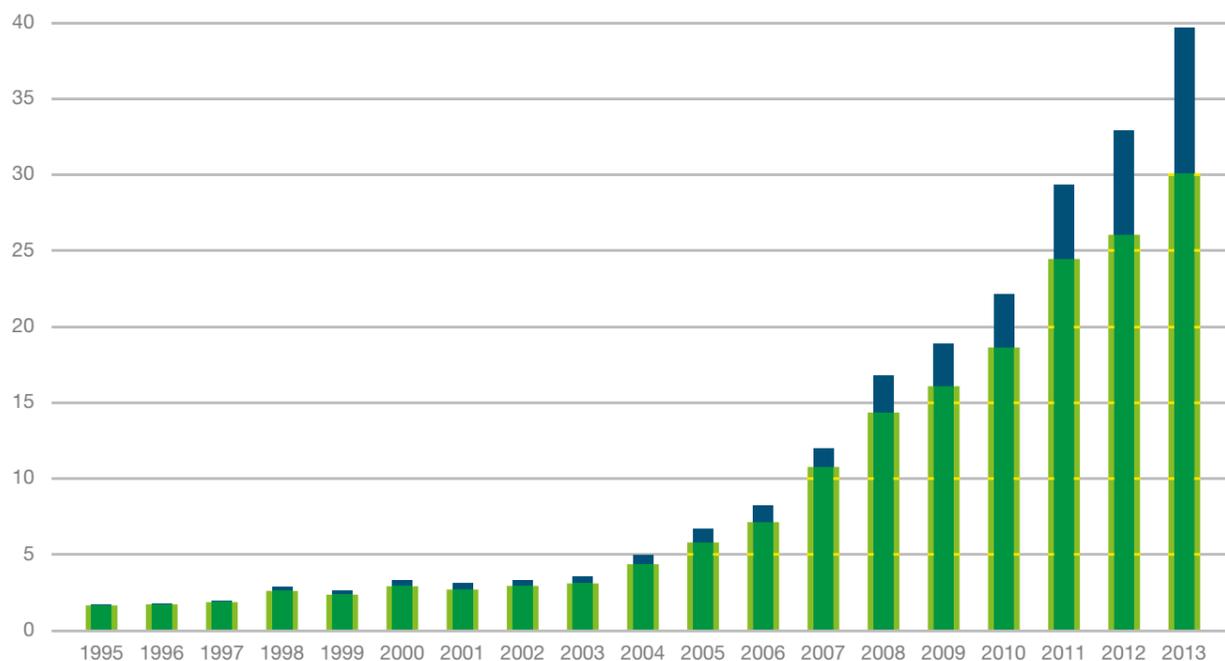
### CONTRATO DE PARTILHA DA PRODUÇÃO

A empresa realiza a exploração e produção de petróleo pagando ao governo com parte do óleo produzido ou em moeda pelo direito de realizar essas atividades. Há países que adotam os dois modelos, caso da Rússia, Trinidad e Tobago e Angola.

## HISTÓRICO DE INVESTIMENTOS NO SETOR DE P&G

(em bilhões de dólares)

Petrobras Outros



## A INDÚSTRIA DE E&P NO BRASIL

O setor de exploração e produção é o que atrai o maior volume de investimentos com a execução das atividades. Como consequência, o país se beneficia por meio da geração de empregos, da criação de novas tecnologias e da demanda de bens e serviços da longa e diversificada cadeia de fornecedores nacional. Essa cadeia de valor representa, atualmente, quase 12% do Produto Interno Bruto (PIB).

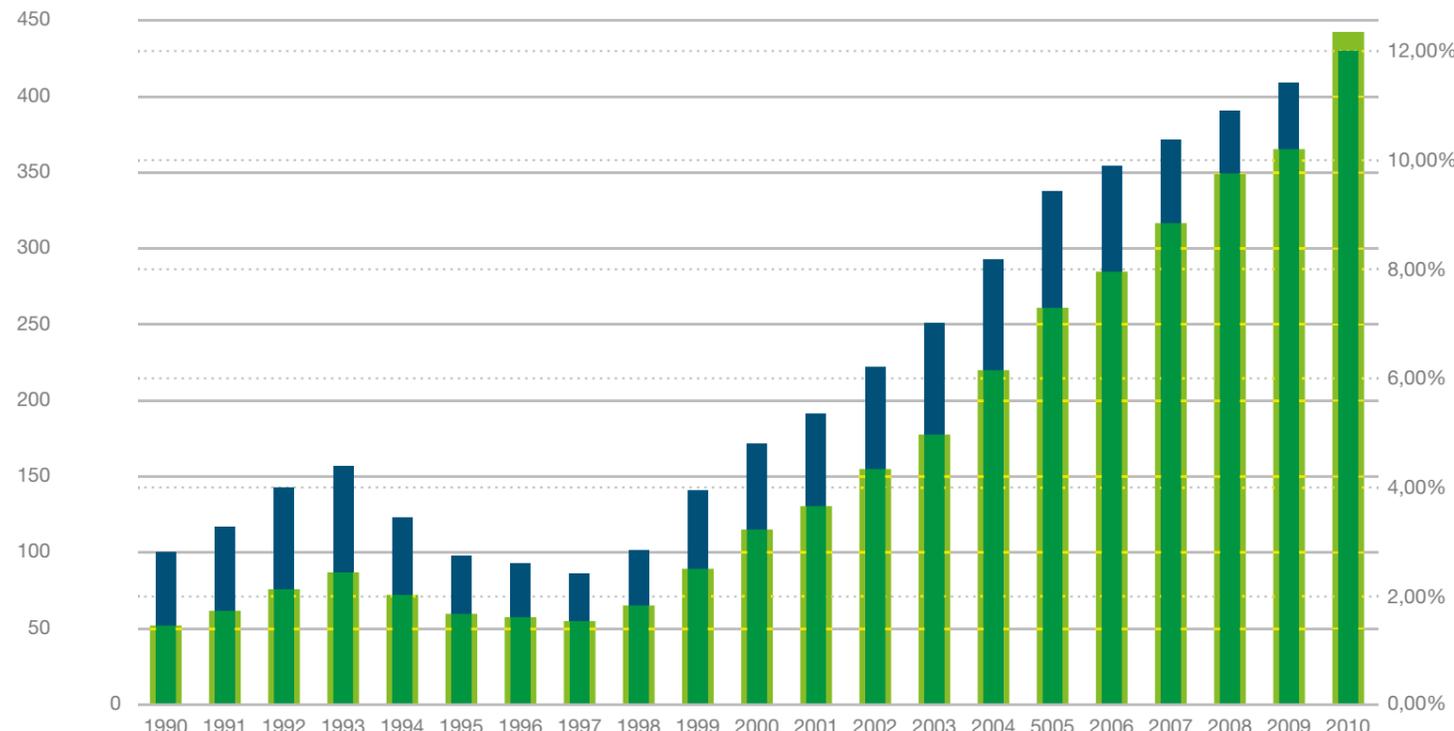
As companhias têm investido somas expressivas no Brasil – até o ano de 2004 os valores de investimentos eram inferiores a R\$ 20 bilhões. Hoje, ultrapassam o patamar de R\$ 77 bilhões por ano.

Em 2013, a ANP realizou três rodadas de licitação. Estes eventos contaram com a participação de 70 empresas nacionais e estrangeiras.

Só com bônus de assinatura, os leilões arrecadaram cerca de R\$ 18 bilhões para o governo, dos quais R\$ 15 bilhões foram apenas do leilão de Libra – o primeiro para a região do pré-sal sob o modelo de partilha. Adicionalmente, o investimento exploratório previsto nas ofertas foi de cerca de R\$ 8 bilhões.

## PARTICIPAÇÃO DO PETRÓLEO NO PIB

PIB do Setor Petróleo em bilhões de reais, 2009 Participação no PIB do Brasil



## IMPORTÂNCIA DA CONTINUIDADE DAS RODADAS

### INTRODUÇÃO

As rodadas são fundamentais para que a indústria de petróleo e gás natural tenha um desenvolvimento sustentável, pois garantem a previsibilidade do setor. É a oferta constante de novos blocos exploratórios que movimenta a cadeia, configurando-se como a “mola propulsora” do setor.

### DESAFIOS

A descontinuidade das atividades exploratórias resulta na desmobilização de equipes de alto nível técnico por parte das empresas, especialmente para as de menor porte, ou mesmo para subsidiárias de companhias internacionais com pequenas carteiras de projetos de E&P que acabam em busca de alternativas em outros países. A mobilização de novos profissionais no momento da retomada leva tempo e implica elevados custos às companhias. Sem o estímulo dos leilões, há ainda o risco da interrupção nos investimentos na cadeia de fornecedores.

Em relação ao desenvolvimento regional, novas fronteiras exploratórias como Norte e Nordeste têm nas atividades de E&P um potencial vetor de crescimento. A intensificação destas atividades permitirá um importante processo de alavancagem econômica.

### POSIÇÃO DO IBP

A previsibilidade de leilões deve ser garantida com a adoção de um calendário de longo prazo, contínuo e transparente de rodadas de licitações que permita às companhias planejar com antecedência a alocação de recursos.

## A SUSTENTABILIDADE DO SETOR E A POLÍTICA INDUSTRIAL

O crescimento do setor de petróleo e gás deve se apoiar num processo de desenvolvimento sustentável no qual, entre outros, a segurança jurídica dos contratos, a continuidade e previsibilidade das rodadas, a capacitação profissional, o estímulo a pesquisa e desenvolvimento e a expansão da cadeia de fornecedores façam parte de uma política industrial consistente.

### CONTEÚDO LOCAL

#### INTRODUÇÃO

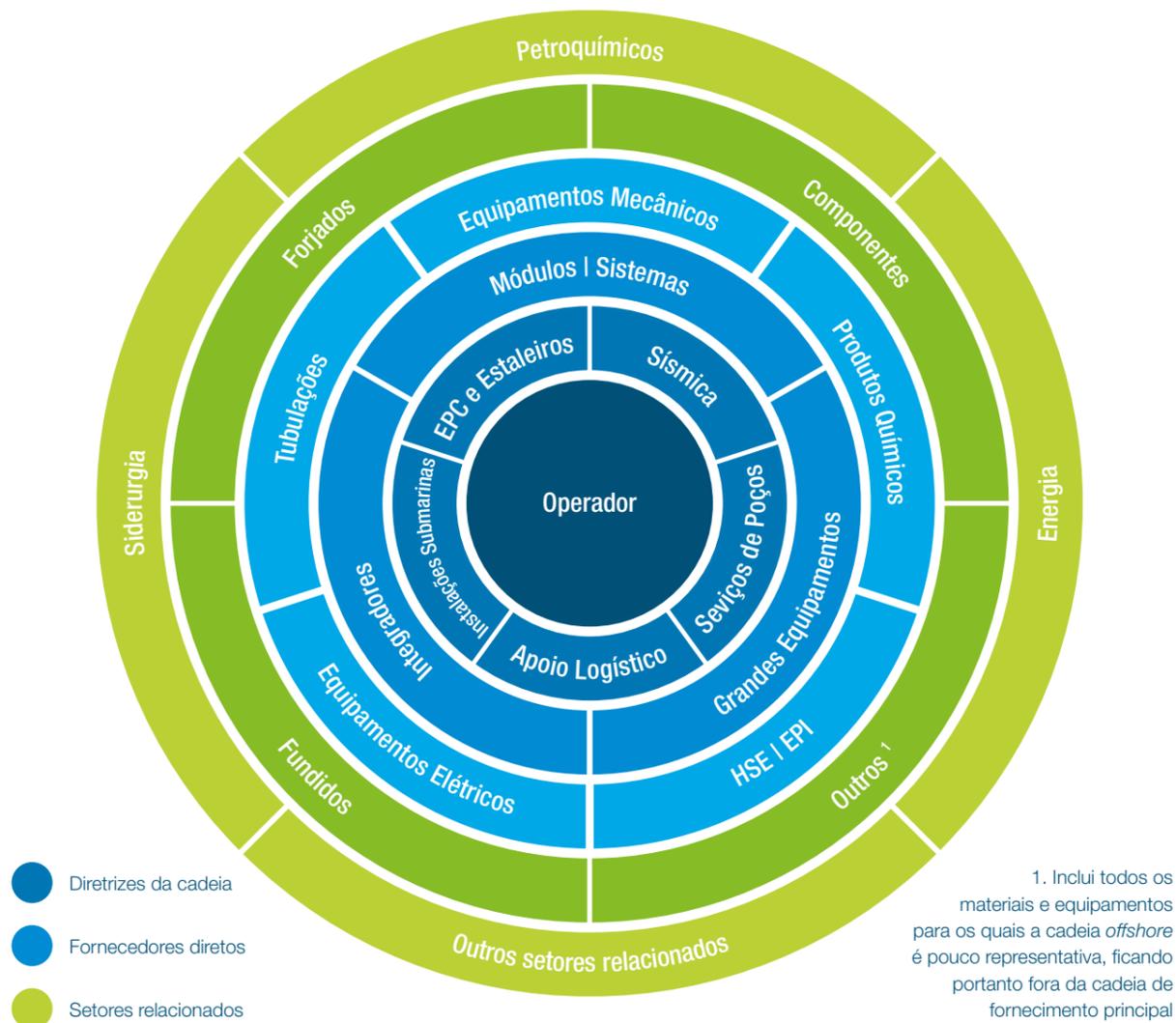
Até 2020, aproximadamente R\$ 950 bilhões em investimentos e gastos diretos no Brasil serão aportados na cadeia de bens e serviços de óleo e gás, o que resultará em uma expressiva contribuição para o desenvolvimento socioeconômico do país.

As descobertas dos últimos dez anos elevaram o patamar de investimentos nas atividades de petróleo e gás e provocaram o aumento da demanda da indústria em cinco vezes. No entanto, o significativo crescimento da oferta local não conseguiu acompanhar as novas demandas por produtos, serviços e mão de obra.

# R\$ 950 Bilhões

em investimentos e gastos diretos no Brasil

Caracterização da cadeia de fornecimento de bens e serviços *offshore*



**DESAFIOS** !

A indústria de petróleo e gás está comprometida com o estímulo ao desenvolvimento socioeconômico brasileiro e com a política industrial de incentivo ao conteúdo local.

Ao longo das rodadas de licitação, o governo federal tem buscado, por meio de políticas públicas, promover o desenvolvimento de fornecedores com o intuito de incrementar o conteúdo nacional.

Quando a política de conteúdo local foi instituída, o desafio era ocupar a capacidade ociosa da cadeia fornecedora de bens e serviços existente no país. Feito isso, hoje,

o desafio é investir na criação de produtos e serviços que atendam às novas demandas do setor, sem deixar de garantir a competitividade internacional, tanto sob o ponto de vista de preço e qualidade como de prazo de entrega.

As empresas de petróleo e gás querem ampliar sua participação na busca de soluções que contribuam para o aumento contínuo da produtividade da indústria local.

**POSIÇÃO DO IBP**

Governo e empresas devem investir na criação de capacidade nova para atender à demanda de bens e serviços em bases internacionalmente competitivas. Para tanto, o modelo vigente de conteúdo local deve ser continuamente aperfeiçoado para refletir os atuais desafios e superar os gargalos no setor.

**PESQUISA & DESENVOLVIMENTO**

**INTRODUÇÃO**

A cláusula de Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) que consta dos contratos de E&P firmados entre a ANP e as concessionárias estabelece a obrigatoriedade de investir 1% da receita bruta obtida na produção de petróleo e gás em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação, quando há a incidência de Participação Especial.

De 1998 ao 1º trimestre de 2014, os valores obrigatórios de investimentos nessa área representaram mais de R\$ 9 bilhões para as empresas concessionárias atuantes no período. A previsão para os próximos 10 anos é que este número chegue a R\$ 30 bilhões, o que altera significativamente o cenário do desenvolvimento tecnológico no setor.

Estes recursos vêm sendo totalmente investidos na construção de laboratórios junto às universidades e centros de pesquisas, em projetos de P&D e na formação e qualificação de recursos humanos. As ações são realizadas na maioria dos estados brasileiros e viabilizam a formação de grupos de pesquisas em temas avançados. Hoje, graças a esses investimentos, há cerca de 800 laboratórios de pesquisa dedicados ao setor de petróleo e gás no país.

**R\$ 9** Bilhões  
em investimentos até  
**2014**

Para os próximos  
10 anos serão

**R\$ 30** Bilhões

**DESAFIOS** !

A participação das universidades foi fundamental para levar adiante pesquisas essenciais e estratégicas para o aprimoramento da indústria de óleo e gás no país. Entretanto, o cenário do setor se modificou com a descoberta do pré-sal e existe a necessidade de mais inovação por parte da cadeia de fornecedores.

A inovação de produtos e processos não é atribuição das universidades e instituições de pesquisa. Elas são

capazes, sim, de transferir tecnologias ao setor produtivo, que passa a produzir equipamentos e produtos.

Por isso, as empresas têm papel fundamental para impulsionar a inovação. O setor produtivo conhece as deficiências, gargalos e necessidades que devem ser superados para fomentar o crescimento com qualidade e, ao mesmo tempo, contribuir para a política de conteúdo local.

**POSIÇÃO DO IBP** .....

Os aportes financeiros da cláusula de P&D podem apresentar resultados mais eficientes se forem também disponibilizados para o desenvolvimento e inovação da cadeia de bens e serviços, de forma que a indústria nacional ganhe mais competitividade e produtividade.

Com base na experiência acumulada nos últimos dez anos, o IBP propõe também a evolução regulatória da cláusula de P&D para adequar as regras vigentes ao cenário atual.

**DESAFIOS** !

Na contramão dos interesses da iniciativa privada, a ANP inseriu nos recentes Contratos de Exploração e Produção de Petróleo a criação de um Comitê Técnico-Científico.

O Comitê tem a função de preparar e divulgar anualmente uma relação de áreas prioritárias, atividades e projetos de interesse e temas relevantes em pesquisa, desenvolvimento e inovação para a indústria do petróleo, gás natural e biocombustíveis, bem como diretrizes para a aplicação, pelo concessionário, dos recursos provenientes das obrigações.

Apesar de ainda não ter sido aprovado, para o IBP, esse dispositivo representa uma ameaça à livre-iniciativa de aplicação dos recursos e ao direito do concessionário de efetuar os investimentos de acordo com as necessidades e características da sua produção e de seus planos de desenvolvimento tecnológico. São as empresas que conhecem os desafios tecnológicos e de inovação de seus projetos.

**POSIÇÃO DO IBP** .....

O IBP defende que esses recursos, de origem privada, continuem sendo administrados pelo setor privado, realimentando a indústria e atendendo às demandas.

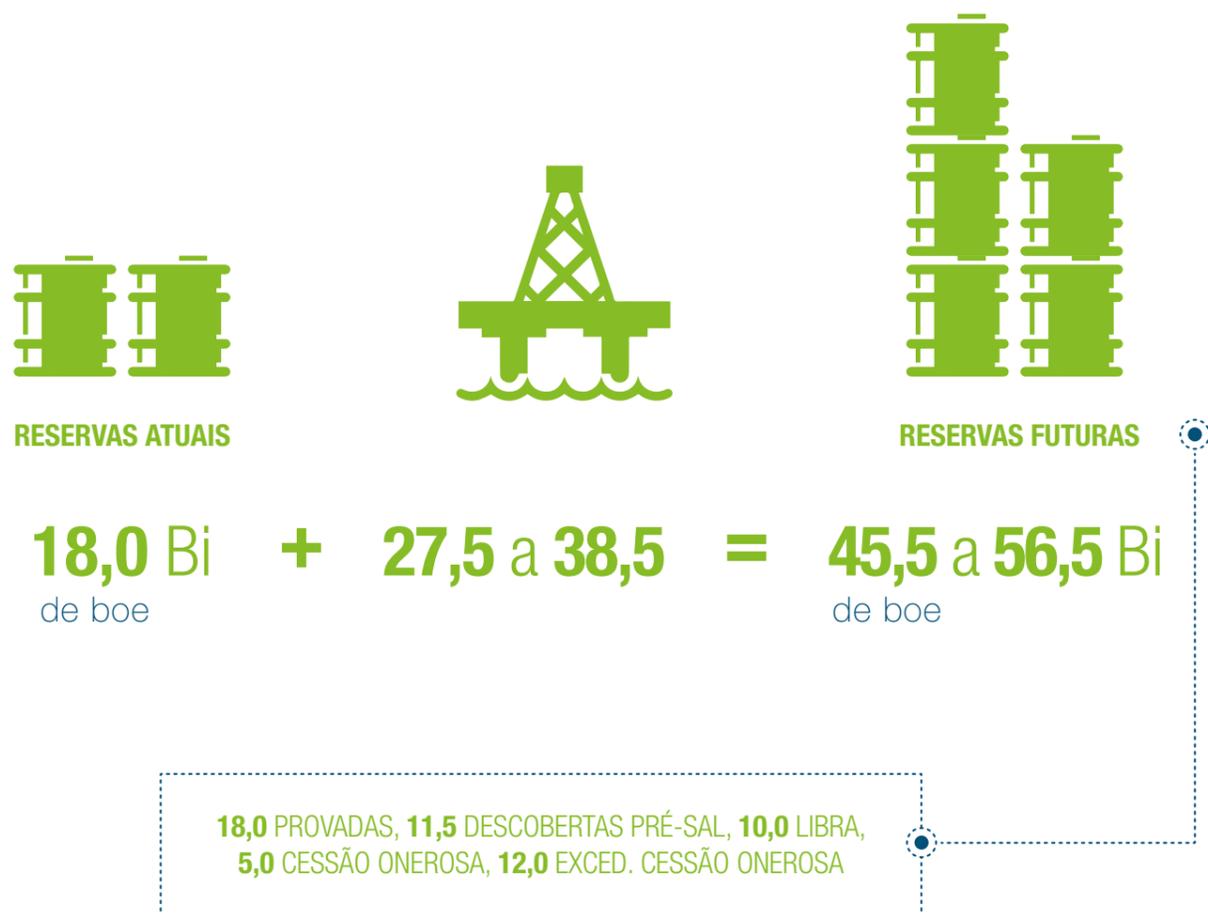
**MARCO REGULATÓRIO DO PRÉ-SAL****INTRODUÇÃO**

Com a descoberta da província do pré-sal, o governo brasileiro viu a necessidade de avaliar um novo marco regulatório para a exploração e produção dessas reservas. Na época, a indústria considerou que não havia necessidade de mudança no regime de concessão para administrar a exploração dessa área, sugerindo ajustes ao modelo existente para contemplar a nova realidade do pré-sal. O governo, entretanto, em sua avaliação, optou pela criação de um novo modelo de partilha de produção.

A indústria, acostumada a operar tanto no regime de concessão como no de partilha da produção, se adaptou ao novo modelo. A diferença entre os dois tipos de contratos no Brasil está no fato de que o de concessão já foi provado em doze rodadas e, portanto, pode ser considerado um modelo maduro e bem-sucedido, que evoluiu ao longo do tempo e foi testado com sucesso pelo setor. O resultado do amadurecimento e da atratividade do modelo se refletiu no sucesso da 11ª Rodada de licitação, em 2013.

O contrato de partilha, apesar de ser operado pela indústria em outros lugares do mundo, no Brasil é um modelo novo. Além disso, possui uma série de peculiaridades que criam dificuldades para a indústria.

## IMPACTOS DO PRÉ-SAL



Investimentos previstos:

**R\$ 1 TRILHÃO ATÉ 2020****14<sup>a</sup>** maior reserva**9<sup>a</sup>** maior reserva**DESAFIOS** !

Existe uma série de oportunidades para aumentar a atratividade do modelo de partilha.

Uma característica do contrato de partilha no Brasil é a existência da figura do operador único. O volume de investimentos em exploração e produção em áreas do pré-sal é extremamente elevado. Diante da diversidade de projetos e de operações nesta área, e considerando ainda a necessidade de enormes aportes de recursos, a concentração da operação em uma única empresa pode limitar o ritmo de avaliação do potencial exploratório do pré-sal, e do desenvolvimento da produção.

Em um cenário de múltiplos operadores, há maior competição, aumento dos investimentos e mais incentivos à inovação em indústrias de tecnologia de ponta, tornando as atividades de E&P ainda mais eficientes na província do pré-sal.

Múltiplos operadores também constituem um fator importante para o desenvolvimento sustentável e competitivo da indústria, pois propiciam às empresas igualdade de direitos e oportunidades, aumentando a atratividade e os investimentos.

Neste regime é comum a existência de um órgão que represente o Estado. Em geral, essa empresa pública não participa dos investimentos e dos riscos associados ao empreendimento, nem tem responsabilidades operacionais, ambientais e de segurança. No caso brasileiro, a Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA) tem poderes de veto e obrigações.

Outra peculiaridade do modelo brasileiro são as restrições quanto à recuperação dos custos, que aumentam as incertezas de retorno dos investidores.

**POSIÇÃO DO IBP**

O IBP sugere um aperfeiçoamento do modelo de partilha.

O IBP sempre defendeu e segue defendendo a atuação de múltiplos operadores no modelo de partilha.

É necessário também estabelecer uma melhor relação entre os direitos de veto e voto e as atribuições da PPSA nos consórcios.

Também é importante estabelecer cláusulas que permitam a recuperação dos custos legitimamente incorridos pelos investidores.



## RECURSOS NÃO CONVENCIONAIS

### INTRODUÇÃO

Os recursos não convencionais (ex.: “shale oil”, “shale gas” ou xisto betuminoso) são hidrocarbonetos (petróleo e gás) em condições que não permitem o movimento do fluido por estarem presos em rochas pouco permeáveis ou por tratar-se de óleos com viscosidade muito elevada. A extração requer o emprego de tecnologia especial tanto pelas propriedades do próprio hidrocarboneto quanto pelas características da rocha.



### DESAFIOS !

A indústria petrolífera, o governo brasileiro e a ANP estão atentos à questão da exploração das reservas não convencionais no Brasil. Novidade para o setor, os não convencionais representam uma nova fronteira na exploração de reservas. O marco regulatório para esta atividade foi recentemente estabelecido pela ANP.

No entanto, há a necessidade de novas regulamentações que torne mais eficiente o processo de licenciamento ambiental dessas atividades, definindo responsabilidades nos âmbitos estadual e federal.

O IBP tem colaborado para a elaboração e execução de um plano de ação para o aproveitamento de recursos não convencionais no país, coordenado pelos ministérios de Minas e Energia e do Meio Ambiente. O plano analisará questões críticas referentes ao desenvolvimento da produção de recursos não convencionais visando o estabelecimento de políticas públicas para seu aproveitamento com responsabilidade socioambiental.

A segurança operacional e ambiental será garantida com a normatização adequada e controle por parte da ANP e de outros órgãos governamentais competentes.

### POSIÇÃO DO IBP

O desenvolvimento desses recursos é uma grande oportunidade para o aumento da produção de petróleo e gás no Brasil. Para tanto, requer por parte do governo a criação de condições mínimas, como, por exemplo, infraestrutura adequada, licenciamento ambiental criterioso e mapeamento geológico.

## MEIO AMBIENTE

### INTRODUÇÃO

A indústria de petróleo e gás está comprometida com a proteção ao meio ambiente. Por isso, o setor investe permanentemente para operar dentro dos mais altos padrões de excelência e apoia que a regulamentação das atividades esteja baseada nas melhores práticas internacionais.

Para alcançar esses níveis em segurança operacional e proteção ambiental, todas as operações da indústria têm alto grau de gestão e controle.

O IBP e o Ibama assinaram um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) em 2013 que prevê o aprimoramento do processo de avaliação de impactos e o aperfeiçoamento da gestão ambiental.

O ACT se apoia no aperfeiçoamento do acesso eletrônico às informações sobre os processos de licenciamento das atividades de E&P e no desenvolvimento compartilhado de propostas de novos instrumentos legais ou na revisão dos existentes.

O IBP e o Ibama assinaram um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) em 2013 que prevê o aprimoramento do processo de avaliação de impactos e o aperfeiçoamento da gestão ambiental

### DESAFIOS !

É prática internacional da indústria que o processo de licenciamento ambiental ofereça previsibilidade com prazos bem definidos para sua liberação.

### POSIÇÃO DO IBP

Existe a necessidade de aprimoramento do licenciamento ambiental no Brasil, ainda considerado lento e complexo quando comparado ao de outros países.

## SEGURANÇA OPERACIONAL

### INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a indústria de petróleo e gás elevou a segurança operacional a outro patamar, com novas ações e práticas de segurança.

As iniciativas se concentraram na melhoria das práticas de prevenção a acidentes e na eficiência na resposta a emergências e vazamentos.

### DESAFIO

É compromisso da indústria melhorar continuamente seus processos de prevenção de acidentes e resposta a emergências.



### POSIÇÃO DO IBP

É necessário colaborar com as autoridades do setor na formulação de propostas e resoluções que tratem das melhores respostas no controle de eventuais vazamentos.



## SEGURANÇA JURÍDICA E TRIBUTÁRIA

### INTRODUÇÃO

Em uma indústria de capital intensivo e de prazos muito longos, como é o caso da cadeia de petróleo e gás, a segurança jurídica, a estabilidade regulatória e a previsibilidade das regras (legais, tributárias, concorrenciais, ambientais, entre outras) são fundamentais para garantir o fluxo de investimentos e a manutenção de projetos. São premissas para atrair novos negócios, desenvolver tecnologias, fortalecer a indústria local de fornecedores, qualificar a mão de obra e gerar emprego e renda.



### DESAFIOS !

Alguns exemplos de desafios atuais nessa área:

#### REPETRO (REGIME ADUANEIRO ESPECIAL DE EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO DE BENS DESTINADOS À EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL)

Criado para desonerar a importação de equipamentos pelas empresas de óleo e gás a fim de estimular o investimento no setor, o Repetro foi, e continua sendo, essencial para a consolidação e viabilidade da indústria petrolífera no Brasil. Apesar disso, o término do regime está previsto para 2020 e não há previsão formal de sua extensão ou do regime que irá substituí-lo.

#### ESTRUTURA DE AFRETAMENTO E SERVIÇOS

A Receita Federal está mudando sua interpretação sobre a tributação da estrutura do ingresso no país de equipamentos de operações no mar (*offshore*), desconsiderando o regime de afretamentos e tratando-os como serviços e, portanto, com a cobrança de 46% de impostos sobre o valor investido no afretamento. Este quadro nega a existência de uma estrutura amplamente utilizada e contradiz a própria aplicação do Repetro. Esta é uma alteração de interpretação que inviabilizará projetos e trará consequências graves para o setor.

#### SUBMISSÃO AO CADE DE OPERAÇÕES SEM EFEITO CONCORRENCIAL

Outro exemplo de modificação das regras que pode trazer incertezas à indústria é a entrada do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) nos processos rotineiros do setor de compra e venda de blocos de exploração,

além da análise prévia da ANP. O crivo do CADE passou a ser exigido recentemente para a aprovação das cessões de direitos nas operações de *farm in* e *farm out* (compra e venda) realizadas entre as companhias. Este fato não tem precedentes na indústria no mundo.

#### PARTICIPAÇÃO ESPECIAL – PE

A edição pela ANP da Resolução nº 12/2014, que veio a alterar regras e conceitos quanto ao cálculo da PE, retira itens que anteriormente eram previstos como dedutíveis no seu cálculo, conseqüentemente aumentando os valores devidos, inclusive de projetos já em produção e que tomaram a decisão de investimento baseados nos valores de PE calculados pelas regras anteriores.

#### MOVIMENTOS DE TRIBUTAÇÃO POR ESTADOS E MUNICÍPIOS

Estados e municípios também podem criar riscos adicionais ao setor do petróleo. Por exemplo, no Rio de Janeiro, a Lei Estadual nº 4117/03, conhecida como Lei Noel, visa a cobrança do ICMS sobre as operações de extração de petróleo, mais um fato sem precedente na indústria no mundo. Também alguns estados invariavelmente ameaçam, por via de projetos de lei, a criação de novas taxas sobre a produção de petróleo. Os municípios litorâneos, por seu turno, criam incertezas tributárias com relação ao ISS, exigindo o pagamento do imposto sobre águas marítimas, cuja jurisdição é exclusivamente da União.

### POSIÇÃO DO IBP

O respeito aos contratos vigentes e a clareza e manutenção das regras e condições econômicas que balizaram a decisão de investimento dos projetos são fundamentais para as atividades de E&P.

## CAPACITAÇÃO DE MÃO DE OBRA

### INTRODUÇÃO

O gargalo da mão de obra no setor é, reconhecidamente, um problema mundial. O cenário atual mostra uma mudança no perfil profissional deste mercado e traz uma estimativa alarmante: em cinco anos, mais da metade dos profissionais ativos na indústria estarão aposentados.

A carência por profissionais devidamente preparados para suprir os desafios tecnológicos e industriais é fator de preocupação do governo, empresas, universidades e sociedade. Por isso, há necessidade de maior cooperação entre estas esferas para o desenvolvimento e a capacitação em todos os níveis de ensino.

### DESAFIOS

O principal desafio é a atração e a capacitação de profissionais para o setor de petróleo e gás para sustentar o desenvolvimento da indústria, e conseqüentemente, do país.

É importante estabelecer uma política integrada nas esferas municipal, estadual e federal, de forma a proporcionar melhorias na qualidade do ensino básico, profissionalizante e universitário.

A ausência de conhecimento técnico e especializado é um dos gargalos que a indústria enfrenta no Brasil. Com a rápida evolução tecnológica e as exigências regulatórias do setor, há necessidade de atualização constante, o que demanda investimentos significativos na capacitação de profissionais para atender a indústria.

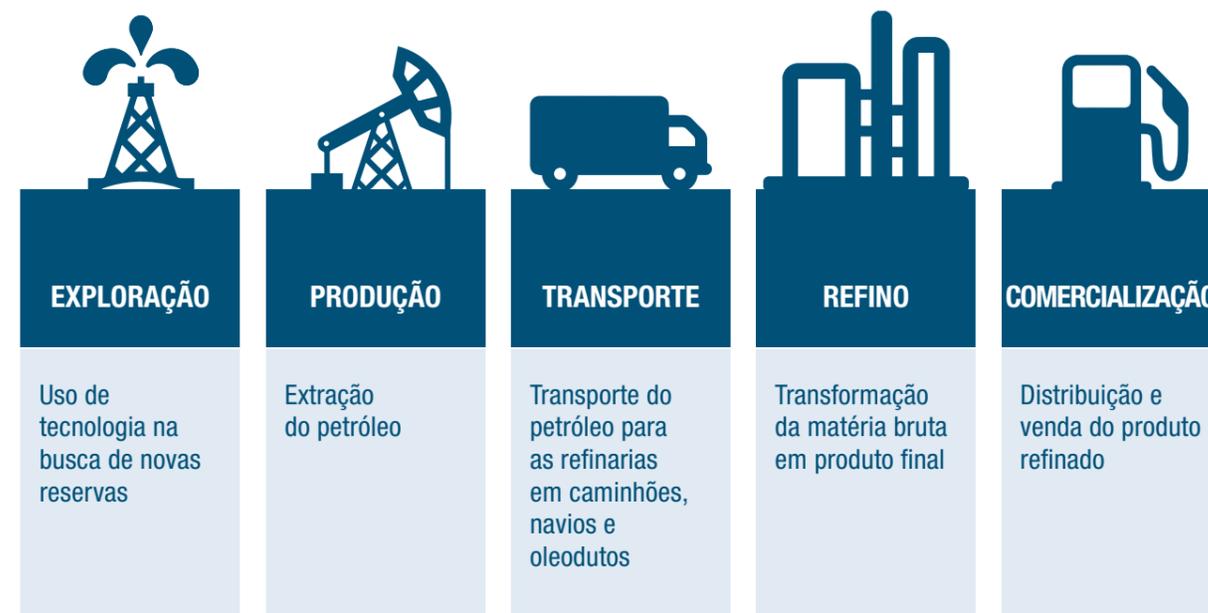


### POSIÇÃO DO IBP

É necessário desenvolver um plano educacional estruturado, assim como incentivar programas com conteúdo técnico para a formação de profissionais que se tornem multiplicadores do conhecimento.

Outro ponto importante é a difusão de projetos de capacitação de nível superior com foco em engenharias, geologia e áreas afins, utilizando o Programa de Recursos Humanos da ANP como modelo para a educação continuada.

## CADEIA DE VALOR DO PETRÓLEO



## CADEIA DE VALOR DO GÁS NATURAL





**ABASTECIMENTO  
E REFINO**

## ABASTECIMENTO E REFINO

### INTRODUÇÃO

Nas principais economias do mundo, mesmo nos países não produtores, existe uma preocupação em manter a capacidade de refino equivalente ao tamanho da demanda.

O Brasil sempre procurou ter uma capacidade de refino de petróleo para atender a demanda nacional de derivados. Entretanto, dado o rápido crescimento do país nos últimos anos, esta situação mudou.

Em 2013, o país registrou um consumo médio de derivados de petróleo de 2,4 milhões de barris/dia, sendo que, pelos dados da ANP, foram processados nas refinarias 1,8 milhão de barris/dia de petróleo, o que mostra um desequilíbrio crescente na balança de derivados.

### DESAFIOS

Com a política de preços vigente, a atratividade para a construção de refinarias no país é muito pequena. As empresas dificilmente terão interesse em fazer um investimento desse porte se não puderem estabelecer o preço do produto que colocam no mercado.

O grande desafio é ter uma capacidade de refino de petróleo instalada que possa produzir grande parte dos derivados necessários, garantindo assim a segurança energética do país.

### POSIÇÃO DO IBP

É necessário estabelecer políticas públicas para a atração de investimentos na área de abastecimento, viabilizando, assim, a construção e modernização de refinarias de petróleo no Brasil.

Neste sentido, é também necessário o estabelecimento de uma política de preços de combustíveis que mantenham a paridade com o mercado internacional.

## LOGÍSTICA PARA TRANSPORTE E DISTRIBUIÇÃO DE DERIVADOS

### INTRODUÇÃO

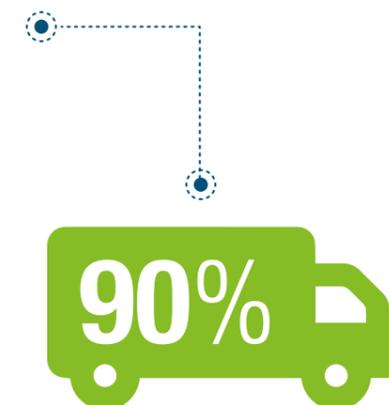
Importar um volume expressivo de derivados de petróleo, além do impacto nas contas externas, esbarra no problema da falta de infraestrutura para o transporte e a distribuição de derivados de petróleo no Brasil.

Hoje, cerca de 90% do volume de derivados consumidos no país é movimentado por rodovias. Isso reflete um problema crônico de insuficiência de outros modais de transporte, tais como ferrovias, dutos e hidrovias. Os principais oleodutos para transporte de derivados operam nos seus limites de capacidade.

Seria exagero afirmar que a falta de infraestrutura logística para transporte dos combustíveis causará um colapso no abastecimento. No entanto, como a solução adotada é a utilização do transporte rodoviário, o mercado continuará a ser atendido com problemas localizados de abastecimento e, certamente, de maneira ineficiente e com um custo mais alto. Isso aumenta o valor do frete, o número de caminhões nas rodovias, o risco de acidentes e, principalmente, o consumo de óleo diesel.

### DESAFIO

Um dos maiores desafios do Brasil nessa área é prover o país de infraestrutura logística suficiente para o transporte e a distribuição de combustíveis.



do volume de derivados consumido no país é movimentado por rodovias

### POSIÇÃO DO IBP

É necessário definir com clareza um conjunto de políticas que viabilizem os investimentos em infraestrutura logística, como: ferrovias, portos, etc, estimulando não só o setor de combustíveis, mas a economia brasileira como um todo.

## BIOCOMBUSTÍVEIS

### ETANOL

#### INTRODUÇÃO

A indústria de etanol no Brasil enfrenta dificuldades. O setor viveu seu *boom* de investimentos no início dos anos 2000, impulsionado pela retomada do consumo do etanol proveniente do aumento da venda dos carros *flex*. Depois, perdeu competitividade frente à gasolina por conta da política de preços adotada pelo Governo Federal como instrumento de combate à inflação.

No entanto, existe a expectativa no setor de que, brevemente, usinas produzindo o chamado etanol de segunda geração entrarão em operação, o que contribuirá para o aumento da produtividade.

#### DESAFIOS

Estabelecer políticas públicas de longo prazo com vistas a recuperar o segmento de biocombustíveis.

#### POSIÇÃO DO IBP

Visando estimular a racionalidade e eficiência na definição da matriz energética do país, os preços dos combustíveis deveriam manter a paridade com o mercado internacional.

Criar condições para atrair o investimento necessário, em logística, de forma a reduzir os custos de transporte e distribuição do etanol.

Estimular o investimento em pesquisa e desenvolvimento (P&D) no processo de produção do etanol de segunda geração.

### BIODIESEL

#### INTRODUÇÃO

Em dezembro de 2004, foi lançado pelo Governo Federal o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB). O Programa avançou rapidamente, antecipando etapas anteriormente estabelecidas pelos gestores do PNPB.

Desde 2008 é obrigatória a adição de 5% de biodiesel no óleo diesel produzido a partir do petróleo. Até o final de 2014, esse percentual será de 7%.

Com o biodiesel, o Brasil ampliou o uso de fontes renováveis e a diversificação da matriz energética. Hoje, estas fontes representam cerca de 41% da matriz nacional, enquanto a média mundial é de 13,6%, sendo a dos países desenvolvidos de apenas 6%.

#### DESAFIOS

Atualmente, o principal desafio do Brasil na área de biodiesel é o estabelecimento de políticas públicas de longo prazo que tragam estabilidade ao setor.

#### POSIÇÃO DO IBP

É necessário garantir a plenitude do abastecimento do mercado, de maneira sustentável e eficiente, observados os aspectos econômicos e técnicos da mistura.

# 41%

da matriz energética nacional é renovável.

A média mundial é de

# 13,6%

## LEI DE PENALIDADES DO SETOR DE COMERCIALIZAÇÃO DE COMBUSTÍVEIS

### INTRODUÇÃO

A Lei nº 9.847/99, conhecida como Lei de Penalidades, existe para dar suporte à fiscalização e à imposição de sanções a agentes econômicos dedicados às atividades reguladas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

No momento em que foi criada havia um ambiente de concorrência desleal e estabeleceu-se que a reincidência em determinadas infrações administrativas, que são consideradas mais graves, implicaria a revogação da autorização do infrator. Entretanto, no cenário atual, observa-se que empresas com operações de grande porte, ou de abrangência nacional, independentemente de atenderem às regras administrativas estabelecidas, cometem algumas infrações por falhas operacionais difíceis de serem previstas ou evitadas.

O quadro de hoje obriga a ANP a revogar autorizações de empresas com grande importância para o abastecimento nacional. Em consequência, independentemente do valor das multas aplicadas, questões são levadas ao Poder Judiciário para afastar a possibilidade de revogação das autorizações.

Um movimento que, além aumentar o volume de trabalho do Judiciário, impede que os valores das multas sejam efetivamente arrecadados pelo Estado e não estimula o aprimoramento dos processos operacionais das companhias autuadas, reduzindo os custos das multas.



### DESAFIOS !

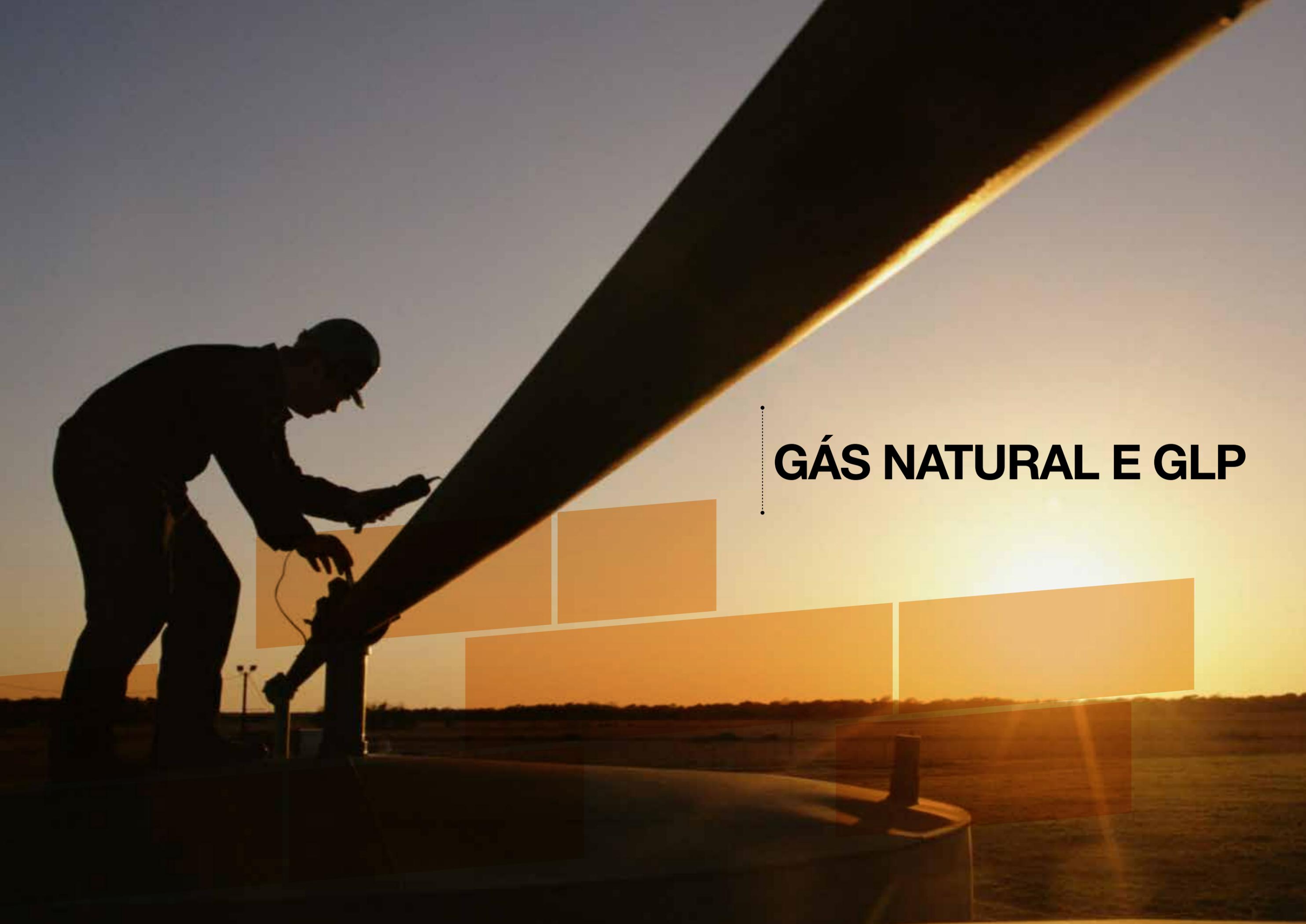
Existe a necessidade de rediscutir os parâmetros e as consequências das sanções impostas pela Lei de Penalidades do setor de petróleo, gás e biocombustíveis.

É importante buscar, de forma conjunta, a formulação de um projeto de lei substitutivo. Este projeto de lei deve reconhecer que as autorizações concedidas pela ANP aos agentes regulados possuem natureza precária - desde que respeitado o direito de ampla defesa -, podendo ser revogadas com base em diversos motivos.

### POSIÇÃO DO IBP

O processo administrativo direcionado à aplicação de sanções por descumprimento das normas regulatórias expedidas pela ANP deve ter como objetivo principal a correção das condutas dos agentes econômicos regulados, não a sua extinção.

Para retirar agentes infratores, adulteradores e sonegadores do mercado, ou para obter o ressarcimento de eventuais prejuízos ocasionados por condutas, o Estado dispõe de instrumentos próprios tanto na esfera administrativa quanto nas esferas Penal e Cível devendo, cada uma delas, atender ao seu fim específico.



# GÁS NATURAL E GLP

## GERAÇÃO TÉRMICA A GÁS

### INTRODUÇÃO

O gás natural é hoje uma importante fonte de energia, com participação de mais de 13% da matriz energética brasileira, tendo como principais consumidores o mercado veicular, o setor industrial e as termoelétricas.

Devido à redução na oferta interna de hidroeletricidade, o Brasil tem utilizado cada vez mais a geração térmica com gás para ampliar a segurança no suprimento de energia elétrica. O crescimento dessa demanda tem sido atendido através da importação de GNL – Gás Natural Liquefeito.

### DESAFIOS !

O país poderia ser beneficiado por uma maior utilização de gás produzido no Brasil na geração térmica, em substituição ao gás importado. Como uma alternativa à geração hidrelétrica, as térmicas a gás podem se constituir numa excelente âncora para a produção, desde que sejam criadas condições adequadas para promover sua produção.

Até pouco tempo atrás as térmicas eram acionadas sazonalmente, somente nos períodos secos, devido à queda nos níveis dos reservatórios hidrelétricos, criando uma alta volatilidade na demanda de gás. Mais recentemente, por conta do aumento na demanda por eletricidade e por não terem sido ampliados ou construídos novos reservatórios hidrelétricos, as térmicas a gás têm sido muito mais utilizadas.

No entanto, como no país a maior parte das reservas de gás encontra-se associada ao petróleo – e os dois são produzidos simultaneamente –, é fundamental que o gás seja produzido e consumido de forma regular tanto para facilitar a produção de óleo quanto para tornar econômica sua produção, escoamento, tratamento e distribuição.

### POSIÇÃO DO IBP

Para os produtores é importante que o gás natural seja consumido e, portanto, produzido de forma constante, ampliando assim a competitividade do gás.

O IBP entende que a geração térmica pode ancorar os projetos de produção de gás, o que permitirá também ampliar sua disponibilidade para outros segmentos.

O IBP propõe que seja incentivado o debate entre o setor de gás e o setor elétrico para que sejam levantadas propostas e alternativas que possam atender às necessidades dos dois segmentos.

## PEMAT – PLANO DECENAL DE EXPANSÃO DA MALHA DE TRANSPORTE DUTOVIÁRIO

### INTRODUÇÃO

A disponibilidade de infraestrutura de transporte é fundamental para viabilizar a monetização do gás, sendo os gasodutos o principal meio utilizado para levar o gás dos campos de produção até os consumidores.

Hoje, o Brasil dispõe de uma pequena infraestrutura de transporte. Comparativamente, os Estados Unidos, país com dimensões similares, dispõem de aproximadamente 500 mil quilômetros de gasodutos, enquanto o Brasil conta com apenas 10 mil quilômetros.

Diversas iniciativas vêm sendo realizadas para incentivar a construção dessa infraestrutura. Uma delas foi a

promulgação da Lei nº 11.909/09 (Lei do Gás), que estabelece o Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário (PEMAT), apresentado pela primeira vez em 2013.

### DESAFIOS !

A construção de novos gasodutos representa um grande desafio para o setor, pois é necessário compatibilizar os custos de seu desenvolvimento com a competitividade do gás.

### EXTENSÃO DE GASODUTOS EM KM



### POSIÇÃO DO IBP

Considerando que o desenvolvimento de infraestrutura é intensivo em capital e tem retorno de longo prazo, é preciso que o planejamento do setor dê sinais que incentivem a tomada de decisão para a realização de investimentos em nova infraestrutura de transporte.

O IBP entende que é importante uma integração maior entre os leilões de E&P, o PEMAT e os leilões para contratação de energia.

Da mesma forma, um calendário de longo prazo para os leilões de exploração e produção permitirá que as empresas de petróleo tenham condições de realizar um planejamento mais adequado para o desenvolvimento de novas áreas de produção de petróleo e gás.

## MERCADO LIVRE

### INTRODUÇÃO

A publicação da Lei do Gás em 2009 ocorreu após mais de cinco anos de debates com todos os agentes do setor. No entanto, sua regulamentação ainda está sendo implementada, e por isso ainda não foram testados todos os dispositivos propostos pela Lei. A Lei teve como principal objetivo criar um arcabouço regulatório para a atividade de transporte de gás, atividade estratégica para o desenvolvimento deste setor.

### DESAFIOS

Foi apresentado no Congresso Nacional um projeto de lei que altera a Lei do Gás, com proposta de modificações como, por exemplo, controle de preços para o gás natural.

Esse modelo já foi utilizado em diversos países, entre eles a Argentina, que congelou o preço do gás na boca do poço, desincentivando investimentos em exploração e produção, ao mesmo tempo que o

preço artificialmente baixo estimulou a demanda por esse hidrocarboneto.

Como resultado houve queda na produção de gás e um aumento artificial na demanda. Esse desequilíbrio fez com que a Argentina, até então exportadora de gás, passasse a ser importadora do insumo, pagando preços muito maiores do que se tivesse incentivado adequadamente a produção doméstica.

### POSIÇÃO DO IBP

O controle de preços desestimula os investimentos na exploração e produção, o que, em médio prazo, irá provocar uma oferta menor de gás doméstico.

O mais adequado é incentivar a ampliação da produção de gás produzido no Brasil, permitindo que seu preço seja livremente negociado.

## ESTRUTURA TRIBUTÁRIA DA CADEIA DE PRODUÇÃO DE GÁS

### INTRODUÇÃO

Recentemente, diversos agentes do setor vêm questionando a competitividade relativa do gás natural. Parte desse problema é consequência dos encargos e da ineficiência tributária existente ao longo da cadeia do gás.

### DESAFIOS !

A cobrança de tributos incidentes em toda cadeia do gás precisa ser analisada de forma mais detalhada para que sejam detectados seus gargalos e levantadas alternativas que deem mais competitividade ao gás natural.

### POSIÇÃO DO IBP

A discussão das ineficiências tributárias existentes na cadeia de valor do gás é importante para serem propostas alternativas de otimização dessas tributações, dando maior competitividade ao gás natural.

## GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO - GLP

O Brasil possui um setor de distribuição e revenda de GLP que conseguiu, ao longo das últimas décadas, garantir uma presença deste energético em todo o território nacional. Prático, seguro e de fácil uso, o GLP ocupa importante papel na vida dos consumidores residenciais e industriais brasileiros.

O setor tem se modernizado, criando soluções inovadoras, com embalagens intercambiáveis de 5 a 13 kg, fazendo o produto caber no bolso de qualquer consumidor. Também são realizados pesados investimentos nas áreas de otimização operacional, como o sistema de cobrança individualizada, e a manutenção dos recipientes transportáveis. A área realiza ainda um bem-sucedido programa de requalificação de recipientes.



No entanto, o produto sofre injusta artificialização na sua formação de preço, forçando o produtor/importador a pagar uma conta que poderia, caso fosse identificada como política de governo, ser paga via incentivos fiscais das mais variadas naturezas. Temos, desde o ano de 2002, uma diferenciação de preços na Refinaria para o GLP comprado para comercialização em embalagens de até 13 kg e outro preço para o GLP comercializado em outras embalagens. Ou seja, a mesma molécula de energia vendida a preços diferentes.

### DESAFIOS !

Estabelecer planos de desenvolvimento do uso do produto baseados na sua oferta crescente via UPGNs (instalações industriais que realizam a separação das frações pesadas existentes no gás natural, do metano e do etano, gerando GLP e gasolina natural) e Refinarias e nos benefícios que o energético pode trazer para a socieda-

de em termos de emissões de gases do efeito estufa e particulados, ampliação da eficiência na conservação de energia em edificações, agronegócio etc.

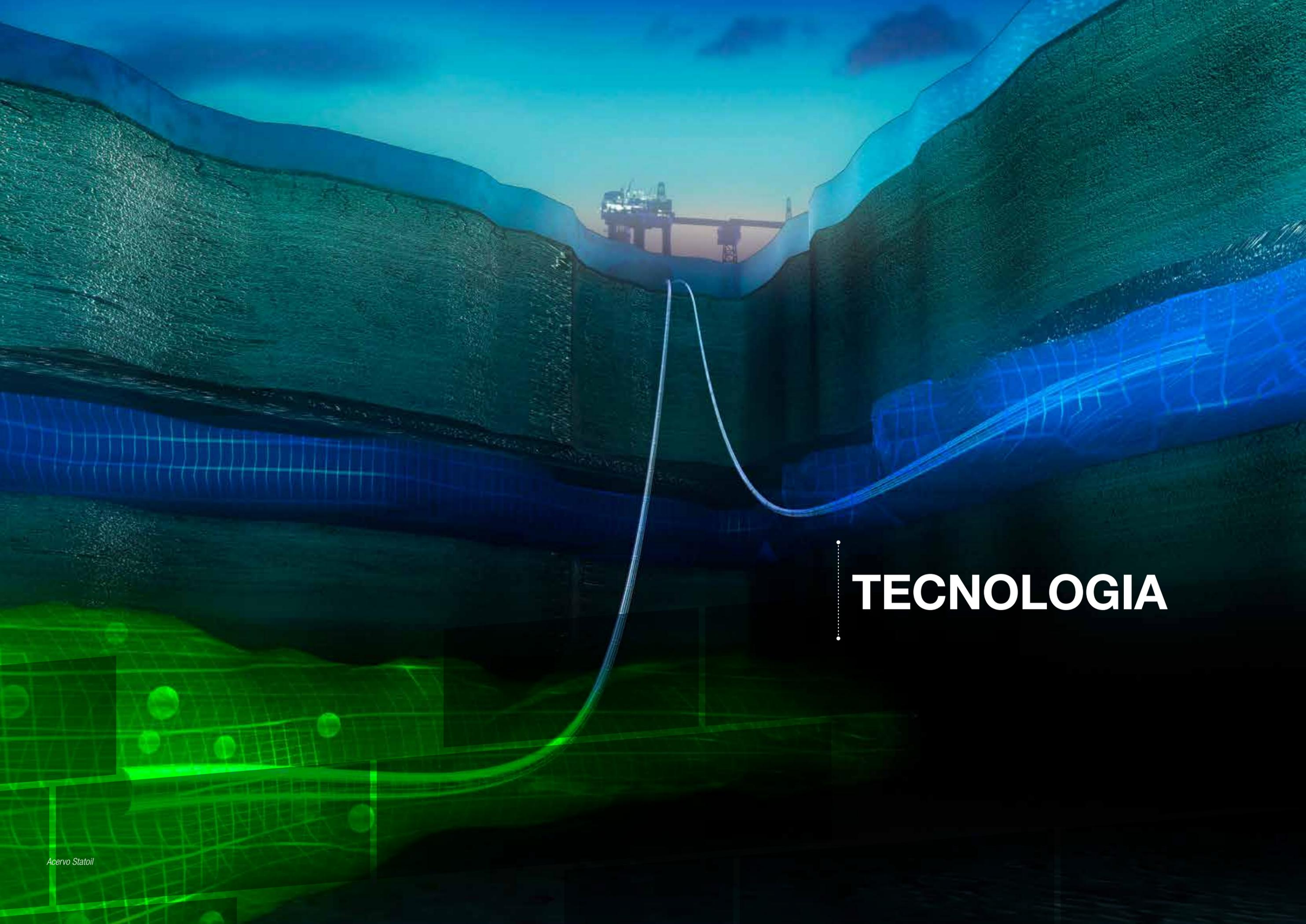
Acabar com artificializações de preços que retardam os investimentos em infraestrutura ao longo da cadeia.

### POSIÇÃO DO IBP

Promover o fim da artificialização dos preços e, se necessário, a aplicação de incentivos focados somente nos menos favorecidos.

A necessidade do fim das restrições de uso ao produto que datam da época da Guerra do Golfo e que perderam por completo a razão de ser.

Estudar amplamente, e com participação ativa de todos os agentes de mercado, os gargalos logísticos ocasionados pelos novos fluxos logísticos já existentes e que virão do aumento de oferta via Refinarias e UPGNs.



# TECNOLOGIA

## PESQUISA & DESENVOLVIMENTO (P&D)

### INTRODUÇÃO

Com a Lei do Petróleo nº 9.478/97, surgiu uma determinação de que parte dos *royalties* do petróleo seria destinada para ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação. Essa determinação possibilitou a criação do Fundo Setorial do Petróleo, o chamado CT-Petro, administrado pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).

Originalmente, o CT-Petro destinava a totalidade dos recursos para a área de ciência e tecnologia. Ao longo do tempo, contudo, esse percentual foi reduzido, embora o valor total viesse aumentando significativamente porque parte desse montante começou a ser contingenciado ou desviado para outras áreas. Em 2013, menos de 10% desses recursos foram aplicados no setor de petróleo e gás.

Os aportes financeiros do CT-Petro foram extremamente importantes para a indústria. Grandes empreendimentos foram concretizados no Brasil com esses investimentos, como o tanque oceânico da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o tanque de provas numéricas da Universidade de São Paulo e o Centro de Tecnologia em Dutos (CTDUT), entre outros laboratórios montados com recursos do fundo.

O Fundo financiou também a formação especializada de milhares de estudantes de nível técnico, graduação, mestrado e doutorado por intermédio do Programa de Recursos Humanos da ANP para o Setor Petróleo e Gás (PRH-ANP).

Este recurso tem um objetivo estratégico para o país, pois permite a criação da infraestrutura de pesquisas, a sua manutenção e o desenvolvimento da pesquisa científica e básica, fundamentais para a expansão do conhecimento que permitirá a pesquisa aplicada e a inovação. Possibilita também, ao governo, contribuir



para o desenvolvimento de áreas estratégicas pioneiras que não estejam no portfólio de projetos da iniciativa privada, exercendo um papel de implantação das políticas públicas.

### DESAFIOS ⚠

As recentes modificações na legislação brasileira quanto à aplicação dos recursos oriundos dos *royalties* do petróleo, determinando que os recursos anteriormente previstos para o desenvolvimento tecnológico de interesse da indústria de petróleo e gás sejam aplicados em educação e saúde, retirou deste setor os recursos necessários para enfrentar os crescentes desafios da produção de petróleo em novas fronteiras, como é o caso da área do pré-sal.



### POSIÇÃO DO IBP

É necessária a revisão da legislação e a edição de decreto, como já previsto em lei, para recompor os recursos destinados ao CT-Petro, considerando que hoje a comunidade técnico-científica está plenamente estruturada e em condições de realizar programas e projetos mais robustos.



SUSTENTABILIDADE

## SUSTENTABILIDADE

### INTRODUÇÃO

A sustentabilidade como conceito de crescimento econômico, alinhado à proteção do meio ambiente e ao desenvolvimento social, está presente hoje em cada etapa da cadeia produtiva do setor de petróleo, gás e biocombustíveis.

Desde o início, com as iniciativas de patrocínio voluntário das empresas a projetos sociais, passando pela fase do investimento social estratégico, até os dias atuais, com reflexo nas ações das bolsas de valores, a sustentabilidade tem sido uma das principais bases de crescimento do setor no Brasil.

Elementos como o processo de engajamento das partes interessadas, a comunicação transparente e ética e o diálogo participativo têm legitimado as soluções implantadas pelas empresas para mitigar os impactos diretos e indiretos causados por seus empreendimentos. Como consequência, a obtenção da chamada “Licença para Operar”, concedida pela sociedade local, tem sido uma prática corrente no desenvolvimento do setor.

A sustentabilidade tem sido uma das principais bases de crescimento do setor no Brasil.

No entanto, os altos investimentos de recursos públicos ou privados destinados ao incremento da qualidade de vida das cidades localizadas no entorno de um projeto ou em sua área de influência não refletem diretamente nestes municípios e na melhoria dos indicadores de desenvolvimento social adotados pelo país, como os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), colocando em questionamento a sustentabilidade de um município ou região onde haja presença de atividades deste setor.

Essa dicotomia tem levado ao surgimento de iniciativas incomuns para os setores produtivos no país, como a inclusão de obrigações de investimentos privados em polí-

ticas públicas, através da educação ambiental no âmbito do licenciamento. Hoje, apenas o segmento de exploração e produção de petróleo tem experimentado esta solução, considerada ainda pouco eficaz.

Voltados para a educação, saúde e geração de renda, em sua maioria, os expressivos investimentos sociais existentes em toda a cadeia produtiva do setor precisam estar acompanhados e alinhados com a implantação de programas e políticas públicas pelos governos locais de forma a potencializar os resultados e fortalecer o conceito de sustentabilidade municipal.

### DESAFIOS

Uma das questões cruciais para a efetiva sustentabilidade do setor é que os investimentos produtivos sejam acompanhados de melhorias dos índices de desenvolvimento social local. Para isso é fundamental o acesso dos municípios aos programas e políticas públicas existentes no Brasil que possam beneficiar a população do entorno ou das áreas de influência de qualquer empreendimento produtivo.

Muitas prefeituras que atuam nas áreas de abrangência das atividades do setor precisam melhorar a gestão administrativa, candidatando-se a receber recursos

financeiros públicos para investimentos em saneamento, infraestrutura, saúde, educação, cultura, moradia e transferência de renda.

É preciso contar com a participação ativa do gestor público nesse processo de construção da sustentabilidade.

### POSIÇÃO DO IBP

A indústria não deve, em nenhuma hipótese, substituir os poderes públicos no atendimento às necessidades das comunidades.

É necessária a imediata construção de um projeto de capacitação dos gestores públicos no Brasil, principalmente nos municípios, de modo que tenham acesso aos programas e políticas públicas existentes no país e consigam estender os benefícios à população local.

Desta maneira, quando uma empresa finalizar as atividades em uma determinada região, aquela comunidade não dependerá mais de projetos sociais para fomentar o desenvolvimento sustentável, pois as políticas públicas já farão parte da governança municipal.

